

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Em discussão. Não há oradores inscritos; está encerrada a discussão. A votos o PL 424/2022 Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, registre o meu voto de abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Registre-se a abstenção da nobre Vereadora Luana Alves. Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Passemos ao item 2 da pauta.

- “PL 428/2022, DO EXECUTIVO. Dispõe sobre a adoção de medidas destinadas à valorização dos servidores municipais, institui o Plano de Modernização do Sistema de Fiscalização de Atividades Urbanas e a Orientação de Atividades Urbanas, na forma que especifica, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA.”

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Há sobre a mesa parecer, que será lido.

- É lido o seguinte: (parecer conjunto ao PL 428/2022)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Em discussão.

Tem a palavra, para discutir pela Bancada do PT, o nobre Vereador Antonio Donato.

Peço que as Bancadas apresentem os nomes dos debatedores da matéria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras e presentes na galeria, aos quais parabeno pela luta, e todos os que nos acompanham pelas redes sociais da Câmara Municipal, boa tarde.

Eu gostaria de fazer o debate desse projeto com base em números. E por que com base em números? Porque infelizmente esse projeto chegou à Casa sem algo fundamental, que está previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, que é o estudo de impacto orçamentário e financeiro. Não ter vindo para cá esse estudo já é uma ilegalidade e mostra um pouco o sentido da Administração, que é o de esconder os números reais. Mas fomos atrás dos números, porque existe um processo que contém um estudo de impacto orçamentário elaborado pela Prefeitura, mas que não foi apresentado a esta Casa.

Tivemos acesso a esses dados por meio da Lei de Acesso à Informação. Então, Sr. Presidente, sugiro que mudemos a Lei Orgânica, porque Vereador não pode mais fiscalizar o Executivo. Esse processo a que me refiro está, aliás, classificado como sigiloso. Estranhamente, pois um processo que envolve o serviço público da cidade de São Paulo, que é de interesse dos servidores e também de toda a população, não pode ser classificado como sigiloso. Só falta porem sigilo por 100 anos, seguindo o Presidente Bolsonaro.

- Palmas na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Isso é uma incapacidade de discutir em cima dos dados. Queremos discutir os dados, não temos medo de discutir com base em dados. Parece que quem tem esse medo é o Governo.

- Apresentação de slides.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) - Para discutir o PL 428/2022, precisamos fazer uma breve introdução sobre a situação orçamentária da Prefeitura. Não podemos discutir o projeto em abstrato, em qualquer conjuntura econômica, em qualquer situação.

(Imagem) Vejam a situação orçamentária da Prefeitura, começando em janeiro de 2005, corrigida pelo IPCA; ou seja, a preços de hoje. A Prefeitura nunca teve tanto dinheiro em caixa: 31 bilhões, 258 milhões em junho de 2022. E isso por várias razões: inflação; arrocho sobre o funcionalismo; reforma da Previdência, tirando dinheiro do funcionalismo; incapacidade de ter um plano de investimento para a Cidade e inexistência de uma obra importante na Cidade.

A média história de investimento de Kassab e Haddad era de 5 bilhões, mas agora, 2 bilhões. Ou seja, há uma incapacidade de governar. Aqueles que se dizem os bons de gestão são incapazes de gerir e gostam de dinheiro em caixa. Com 31,5 bilhões em caixa, que deveria ser para políticas públicas, para valorização do funcionalismo público, para obras importantes, para o combate à miséria que graça pela nossa Cidade e pelas nossas periferias, é incapaz de haver uma política para a população de rua, enfim, de haver uma política emergencial de geração de emprego e renda.

Tanta coisa que poderia ser feita com esse dinheiro, mas não, é um dinheiro entesourado, rendendo um bilhão e meio por meio de juros, em vez de ser investido em benefício da população. Então, essa é a primeira situação confortável do caixa da Prefeitura. Nós não estamos numa situação em que o caixa está difícil e que há uma pressão. Não, confortável; e aqui não está ainda o que o Prefeito comemorou muito e o Presidente da Casa também, que é o acordo do Campo de Marte, que vai gerar três bilhões a mais por ano de não pagamento da dívida. Aqui ainda não está computado esse efeito, porque foi depositado em juízo e esse dinheiro ainda está livre. Há ainda mais três bilhões além disso. Então, é uma situação possível de haver uma política de valorização do funcionalismo. Esse é o primeiro ponto.

Vamos ao outro *slide*. Aí vamos aos estudos da Prefeitura, sigilosos, que

conseguimos pela Lei de Acesso à Informação; e não como o Vereador, fazendo requerimento, pedindo. Tivemos de conseguir dessa maneira. Falo de estudo sigiloso.

Vamos lá. Olhem a última linha lá, para resumir: O valor previsto com essas carreiras todas que estão sendo reestruturadas, que estão sendo, entre aspas, valorizadas nesse projeto são 18,626 bilhões. É um valor previsto para um orçamento deste ano. O Prefeito Ricardo Nunes, ao fim do ano passado, mandou um orçamento para esta Casa, prevendo gastar 18,626 bilhões. S.Exa. executou e tem a executar, inclusive com novos concursos, 17,730 bilhões.

O impacto do PL 428/2022, neste ano, é de 503 milhões. Então, qual é a situação? Há um projeto que está 392 milhões abaixo do que S.Exa. previu. Então, só do que S.Exa. previu, já poderia gastar mais 400 milhões com o funcionalismo, 400 milhões, que está deixando de gastar, que está previsto. Falam num número que não aparece em nenhum lugar do estudo, que vão ter um gasto de 1,9 bilhão. Até agora, não apareceu esse número. Nós nos reunimos com a Secretária agora há pouco; e não foi capaz de aparecer esse número, de onde vem. Então, essa é a primeira questão.

A segunda questão é que dizem o seguinte: “Não vai ser retroativo a maio”, que é a data base aí tradicional. Não vai ser retroativo a maio. Vamos pegar o estudo, que está aqui. É da Prefeitura. Nenhuma tela é minha. É tela de estudo da Prefeitura. Vamos ver a próxima tela, por favor.

Aqui é o que eu expliquei já. Vamos à próxima tela.

Olhem o estudo: A partir de maio de 2022. Como não vai ser retroativo, se o estudo está lá, categoria por categoria, a partir de maio de 2022? Então, é evidente que tem que ser retroativo a maio de 2022, evidente. Está previsto.

- Manifestações na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Está previsto, está previsto, está escrito. (Palmas)

Mas chegam aqui e falam: “Não, é daqui para frente.”

Então, é muita incongruência num projeto só. Se formos discutir os aspectos do projeto então, aí temos mais questões ainda.

Há outras questões. Dividem carreiras, criam quadros de gestão, criam o quadro de gestão administrativa superior e o quadro de desenvolvimento humano e social. Percebam: Gestão Administrativa Superior, quanto era o valor de 2016? Eram 6 mil, cento e seis. Qual o valor proposto? Nove mil.

Quadro de Desenvolvimento Humano e Social. Qual era o valor previsto de 2016? Eram 6 mil, cento e seis, o mesmo valor. Mas o valor previsto agora é de Sete e seiscentos.

Qual a razão de duas carreiras, dois quadros, que tinham a mesma base, ter o reajuste diferente? Inexplicável.

- Manifestação na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Quadro Revalorização das Tabelas de Subsídio do Quadro da Saúde. Analista de Saúde: todas as jornadas com o mesmo reajuste de 10,9 de início a 0,2 no fim.

Bom, é esse o prêmio para quem combateu a pandemia. É esse o prêmio: ter um reajuste abaixo da inflação, mesmo com todas as perdas!

- Manifestação na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – É bom chamar de herói; é bom ir lá, bater palmas; visitar no hospital; mas dar salário é incapaz, mesmo com esse quadro todo de recursos do Orçamento.

- Manifestação na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – E, por aí vai. Assistente Técnico de Saúde: todas as jornadas com mesmo reajuste: 8,8 no início a 7,7 no fim. Assistente de Saúde: 12,5 a 15,7. Agente de Saúde: 7,8.

Então a valorização...

- Manifestação na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – É isso! A valorização. Os médicos, eles valorizam a jornada de doze horas. Eles valorizam os plantonistas que têm até 87,5 de reajuste, mas quem é quarenta horas, quem está lá direto, é 12,5 de reajuste.

Portanto, querem jogar tudo para as OSs. Tá na cara.

- Manifestação na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Tá na cara! Para contratação de médico, joga para OSs e dá bilhões de reais para as OSs. As OSs, hoje, já gastam mais de 5 bi do Orçamento. Metade do orçamento da Saúde é OSs.

Então vamos valorizar o servidor público ou não. Esse projeto vai na contramão disso.

- Manifestação na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Sim. E por aí vai. São várias áreas.

A extinção dos cargos. Discutimos longamente com a Secretaria hoje. Foi a pauta. Está aqui: a tabela é absurda, porque o cargo, se existe, é porque foi criado por uma lei e essa lei foi votada por essa Câmara, aliás, por uma necessidade estabelecida. O argumento é: nunca preenchemos todos os cargos. Mas, daqui dois anos pode vir uma gestão que valorize o

funcionalismo público, faça o concurso e preencha os cargos. Por que vamos extinguir agora esses cargos? Aí vem aquela resposta: “Tem cargo que não cabe mais”. Evidente, ninguém quer se mantenha um cargo de operador de telex, o qual existia antigamente, quando eu fui da Regional do Campo Limpo e tinha um operador de telex. Claro, hoje não tem mais telex, não tem sentido ter esse cargo.

Porém, vejam o que eles estão extinguindo: Analista de Planejamento e Desenvolvimento Organizacional, extinguem 890. Analista de Ordenamento Territorial são 177. Analista de Assistência e Desenvolvimento Social são 1126.

O Prefeito veio aqui nessa tribuna - tanto o falecido, quanto o atual - para dizer: “A minha prioridade é combater a desigualdade social. Como? Como, sem ter funcionário público para isso? Sem ter a máquina pública voltada para isso? Vai combater como?”

- Manifestação na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Analista de Informações, Cultura e Desporto, exclusão de 352 cargos. Analista de Meio Ambiente, olha só, de Meio Ambiente, num momento de crise climática, quando tanto se fala do meio ambiente, exclui 80 cargos dos 180, portanto, quase a metade.

Analista de Assistência e Desenvolvimento Social, exclui 111. Profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia e Geologia, exclui 561 cargos. É inexplicável.

E é mais maluco ainda, porque esses cargos não estão preenchidos. Então não têm impacto financeiro. Está se excluindo sem dizer o que vai fazer depois. Qual é a política por trás de diminuir esses cargos? Aí não se fala. Mas daqui a pouco vem outro projeto, cria-se uma OS nas Casas de Cultura, cria-se uma OS não sei onde, criam-se OS nos CEUs. É isso. Está na cara que uma coisa casa com a outra. Então, para nós não é possível votar esse projeto.

Por último, ainda consta do projeto a Educação, que, pela primeira vez, cria um abono complementar sem previsão de incorporação. Todas as outras vezes em todos os governos,

quando concediam um abono, havia a previsão de incorporação, mas hoje já não há um calendário. Como são só 5% do salário-base, não é possível, com esse recurso em caixa demonstrado por mim, existir uma proposta dessa. Não é possível.

Eu sei da situação de desespero dos funcionários, que mesmo em início de carreira, quando são um pouco mais valorizados, estão no crédito consignado, estão fazendo empréstimo com agiotas, estão em uma situação desesperadora e querem, a qualquer custo, que se vote alguma coisa. Porém, nós temos que pensar um pouco mais do ponto de vista estratégico em qual funcionalismo público nós queremos e não dá para ser um funcionalismo precarizado, não dá para ser um funcionalismo que não tenha segurança. Além disso, é uma quebra de contrato, porque, quando o servidor entra no serviço público, ele tem uma perspectiva de carreira, uma perspectiva de progressão por tempo, de chegar a certo salário com determinado tempo, mas esse projeto acaba com isso a troco de nada, de um valor no início da carreira que vai ser perder dali a pouco. Então, nós temos que mudar radicalmente esse projeto.

- Manifestações na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Nós debatemos bastante com a Secretária e, pelo menos da minha parte, com o maior respeito, porque não transformo a questão em pessoal. S.Exa. nos tratou com educação, mas foi incapaz de apresentar uma sustentação desse projeto. Na conversa que nós tivemos, S.Exa. foi incapaz de sustentar qualquer medida desse projeto. Portanto, nós estamos forçando uma reabertura de negociação com o fórum de entidades, que é fundamental para que nós possamos fazer uma verdadeira negociação com as entidades representativas do funcionalismo.

- Manifestações na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Tudo para que haja, verdadeiramente, um projeto

com a mínima aderência. S.Exa. justificou que o Orçamento não aguentaria os 46%.

- Manifestações na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – Pois é! O Prefeito teve 46% de aumento. S.Exa. pode até falar que 46% de uma vez só o Orçamento não aguenta, mas é evidente que o funcionalismo pediria uma reposição da inflação, uma reposição das perdas inflacionárias, e o Executivo poderia dar 20%, mais 20% e depois mais 20% e, com o tempo, seria possível ter uma política dessa, porque não precisaria ser em um ano só. É evidente que a reivindicação é essa e tem que começar assim.

- Manifestações na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – O funcionalismo quer uma negociação real, não uma de faz de conta: “é esta aqui, é isso, mas eu posso mudar uma letra aqui e uma ali”. Não é isso que nós estamos discutindo. Nós queremos uma negociação de verdade, e o ideal é que esse projeto nem passasse pela primeira votação, conforme falamos hoje cedo para o Governo, há poucas horas. Nós dissemos que nós precisamos de mais tempo e de mais negociação com o funcionalismo, em particular com os fóruns de entidades.

- Manifestações na galeria.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) – O Governo pode dizer que recebeu todas as entidades, mas receber é uma obrigação. Não sei se ele recebeu ou não, mas receber é obrigação. Também é obrigação negociar de verdade e não receber para tomar café. Café cada um toma na sua casa, no sindicato, no vizinho. O Governo tem que negociar de verdade.

Não há constrangimento orçamentário para não haver uma proposta melhor, até

porque o Governo está fazendo uma proposta 400 milhões abaixo do que está previsto no Orçamento, que foi determinado por ele e não pela Oposição ou pelo funcionalismo. O Governo não consegue cumprir o Orçamento que ele mesmo fez..Então, vamos discutir de verdade. Vamos valorizar de verdade o funcionalismo. Vamos ter uma negociação séria.

Hoje, votaremos contrariamente porque é inaceitável do jeito que está, mas o ideal seria retirar esse projeto e começar do zero uma negociação para valer com as entidades do funcionalismo e termos uma valorização de verdade da carreira.

Meu tempo se encerrou. Passo a palavra, agora, ao meu companheiro Senival.

- Assume a presidência o Sr. Fernando Holiday.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday - NOVO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Senival Moura.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) – Sr. Presidente, quero cumprimentar todos que nos acompanham na galeria do plenário, aos Pares que ainda estão acompanhando pelo *chat* também.

O Vereador Antonio Donato ilustrou tudo o que está acontecendo no projeto que o Governo oferece ao funcionalismo. Quero acrescentar mais dois ou três itens na mesma linha que vinha falando o Vereador Donato. S.Exa. esclareceu tudo já sobre a matéria e sobre o pensamento do Governo em relação ao funcionalismo público. Está claro isso.

Estamos votando em primeira e há o compromisso do Governo de melhorar essa proposta em segunda votação com base na reunião que fizemos. Quero deixar claro que é um compromisso que fizeram com a oposição a pedido inclusive de várias manifestações do funcionalismo. Estamos dialogando. O objetivo é dialogar para tentar melhorar. Ruim já sabemos que é. Isso já está claro. Todos os números apresentados já deixaram claro que é ruim, é horrível.

Mas se nós não tivéssemos feito o estudo, se a Bancada, se os técnicos da Bancada

do PT não tivessem levantado esse estudo que foi apresentado pelo Vereador Donato, não teríamos a informação que está sob sigilo, mas conseguimos com base na Lei de Acesso à Informação, a Lei 12.527, salvo melhor juízo.

Então, com base nessa lei, colhemos as informações e chegamos aos números. Obviamente, o debate tem o objetivo é melhorar, ainda que não seja aquilo que imagina o funcionalismo público e nem nós, mas o objetivo é forçarmos para alcançar o mínimo do mínimo. Esse é o grande objetivo.

Falando na mesma linha do Vereador Donato, quero acrescentar que a extinção também de 561 cargos de profissionais de engenharia, arquitetura, agronomia e geologia. Eles também estão inclusos nessa extinção de 3.297 cargos. Segundo eles, esses cargos estão vazios e que não traz problema nenhum para o funcionalismo.

Com base nessa justificativa, foi justamente que falamos: “se não traz problema, qual a razão de manter? Se não tem prejuízo ao Executivo, qual a razão de excluir? Não precisa excluir. A resposta, depois de muito tempo e diálogo, foi que em um primeiro momento – agora vamos votar contrariamente porque não estamos de acordo com isso, mas entendemos que salva alguma coisa – está garantida a manutenção de 30% de todos os 3.297 cargos com o compromisso, depois do estudo que eles apresentarão até o começo da próxima semana, de melhorar. Então, é algo para poder evoluir. Isso foi tratado com a Oposição.

O que cobramos e ficamos três ou quatro horas discutindo com o Governo e justificando foi, justamente o quê? A exclusão desse item da matéria, ou seja, manter já que eles não causam prejuízo. Essa é a reivindicação, pelo menos, que foi apresentada do fórum para a Oposição e isso nós tratamos com o Governo e a resposta foi essa. Agora, não estamos dando como encerrado e que estamos de acordo. Estamos deixando claro que vamos votar contra a matéria justamente porque queremos avançar, evoluir e se for o caso garantir a manutenção dos 3.297 cargos que estão aqui.

Há mais pontos que eu diria que são críticos, situações nevrálgicas que temos de debater. Por exemplo, a definição e avaliação do funcionalismo lá na frente, que poderá ser via

decreto. Esse é um ponto muito preocupante, porque em minha humilde opinião, Vereadores Toninho Vespoli, Antonio Donato, todos, será conforme o entendimento do Governo. Se gostou do Joãozinho, o Joãozinho está bacana, vai ter um prêmio; não gostou do Antonio, o Antonio não vai ter nada. É isso o que diz se for para o decreto. É outro ponto que estamos discutindo e pedindo a exclusão, porque entendemos não ser justo ter isso dentro de um projeto.

Não é possível, ainda que o funcionário público tenha uma ótima avaliação, seja competente, e todos os funcionários o são, independente de qual segmento sejam, em minha opinião todo o funcionário tem o seu valor. Ainda que seja competente, honesto, trabalhador, cumpridor do seu dever, tudo direitinho, mas o chefe não gostou dele, ele não será contemplado da forma que deveria. Ou seja, é um desestímulo ao funcionalismo.

Vamos ao que diz aqui, as novas regras de progressão para o Quadro de Analista da Administração Pública Municipal, QAA; do Quadro de Saúde, QS; do Quadro de Profissionais de Engenharia, Arquitetura, Agronomia, Geologia; novo Quadro de Pessoal de Nível Médio e Básico, que agora passarão a ter exigências de valor mínimo de avaliação de desempenho, definindo critérios por decreto. Essa abertura permite margem para perseguições e assédio, isso não podemos aceitar.

Então, o Governo vai ter de suprimir esse ponto, isso é inaceitável. Inclusive, a própria Base, os Vereadores que votarão a favor, têm de ter a consciência de que não dá para manter isso em um projeto de lei. Está clara a perseguição e o assédio, o que é inaceitável nos dias de hoje em que vemos perseguição e assédio de todas as naturezas. Agora, se um projeto de lei já versa sobre isso, ou seja, estamos dando poder ao Executivo para fazer do jeito que quiser, abusar, aproveitar do funcionalismo e isso é inaceitável.

Então, há coisas aqui que temos de dialogar, debater muito, e em segunda votação, por isso estamos fazendo esta discussão neste momento, para avançar, evoluir e melhorar. E há mais pontos aqui, não dá para falar de todos, mas há diversos pontos que certamente serão apresentados pela Bancada do PSOL que deverá falar em breve. Infelizmente da forma como está este projeto não podemos votar. Fica o recado, acho que os colegas Vereadores da

Situação têm de fazer a reflexão, porque em segunda votação não será possível prosperar uma matéria dessa natureza, com toda essa maldade, em segunda votação é inaceitável. Temos de deixar claro que não podemos aceitar isso.

É o que tinha para dizer, Sr. Presidente. Por ora, quero agradecer a oportunidade da fala.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday - NOVO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Celso Giannazi.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores. Servidoras e servidores públicos presentes, parabéns pela luta de vocês. Lembrar que a luta de vocês, no ano passado, foi contra o nefasto projeto do Sampaprev 2 que o Prefeito Ricardo Nunes encaminhou a esta Casa, de confisco de aposentadorias e pensões. E eu me lembro de que os aposentados e pensionistas que ganham R\$ 1.200,00, R\$ 2.000,00 tiveram confiscadas as aposentadorias e pensões.

E agora este projeto ignora totalmente os servidores, os aposentados e os pensionistas, que vão receber absolutamente nada. O Prefeito Ricardo Nunes não reconhece os trabalhadores que dedicaram as suas vidas ao serviço público municipal. Então, vim discutir este projeto.

Vocês têm razão mesmo quando dizem que este projeto tem que ser retirado da pauta, porque é uma vergonha a forma como a Câmara Municipal age. O Prefeito Ricardo Nunes tem a Câmara como um puxadinho do seu governo, porque encaminhou este projeto 428/22 e nenhum Vereador, nenhuma Vereadora, tem o cálculo do impacto que isso significa para os cofres públicos, porque o Governo omitiu, e de forma ilegal, porque a lei obriga que o projeto de lei acompanhe o cálculo de impacto para os próximos três exercícios. E até agora não chegou esse anexo, então não sabemos nem qual é o impacto deste projeto.

Isso é uma ilegalidade do processo administrativo, do processo legislativo, a falta do estudo de impacto dos próximos três exercícios. Então, não podemos deixar isso passar.

Espero que os Vereadores da Base do Governo tenham vergonha e que não votem favoravelmente a este projeto, que não dialoga com as necessidades dos servidores públicos. Nós estamos há décadas esperando um reajuste diferente do 0,01% que os sucessivos governos fizeram no Município de São Paulo.

A Prefeitura de São Paulo, para que os senhores saibam, está no melhor momento econômico-financeiro dos últimos 50 anos. Temos R\$ 30 bilhões guardados na caderneta de poupança, a Prefeitura guarda dinheiro na caderneta de poupança, enquanto os servidores públicos não têm reajustes, enquanto as pessoas passam fome nas ruas; com dinheiro em caixa.

Vou mostrar esses números da receita da cidade de São Paulo, a maior cidade da América Latina, para que possamos dialogar com dados.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – De 2015 a 2021, nós tivemos o aumento da receita tributária, a receita de arrecadação de impostos, de 96%. Então, a cidade de São Paulo tem recursos para dar um reajuste digno para os servidores municipais.

Ano passado, o Prefeito Ricardo Nunes encaminhou para esta Casa projeto para chefes de gabinetes, Subprefeitos, cargos comissionados, amigos do Prefeito, ganharem de 40% a 78% de reajuste; e esta Câmara Municipal aprovou esse projeto. Mas o projeto que ajusta o salário dos servidores públicos não chegou a esta Casa até agora, desde o ano passado, o que é uma vergonha, porque o próprio Prefeito teve o reajuste do seu salário e os servidores não ficaram com absolutamente nada.

Os aposentados também estão sem nada, sem absolutamente nada, no cenário de uma inflação de 12% ao ano.

Então, o que ele faz com o recurso?

Olhem a evolução das despesas com as OSs.

As OSs estão mamando na teta do Governo: aumento de 193% do orçamento, sem nenhum controle, sem nenhuma fiscalização.

Então esse projeto de extinção de cargos de assistência social numa cidade em que as pessoas estão desesperadas, passando fome, é um absurdo. Não dá um reajuste digno para os profissionais da saúde, que dedicaram as suas vidas ao enfrentamento da pandemia. O reajuste proposto aqui é indignante.

Tratar a educação com abono, colocar um aumento na classe inicial, e não reconhecer as pessoas que estão há muito tempo na Prefeitura de São Paulo, também é um absurdo.

Cinco por cento para a cidade de São Paulo é uma excrescência, é uma vergonha. Temos, sim, recurso para dar um reajuste linear para todos os servidores públicos municipais.

- Manifestação na galeria.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – Nós queremos um aumento digno, Sr. Prefeito Ricardo Nunes. Os servidores públicos merecem respeito.

Por isso, votaremos contra esse projeto; e esperamos que, para a segunda votação, venha com essas correções, com esses apontamentos, senão nós vamos obstruir, não vamos permitir que nada seja aprovado nesta Câmara Municipal.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday - NOVO) – Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Quero cumprimentar as

minhas colegas, os meus colegas de trabalho, porque eu também sou professora da rede municipal de São Paulo. Aliás, professora Nível Inicial, 14A.

- Manifestação na galeria.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Queria dizer que muitas vezes eu estive aí na galeria protestando, e eu não deixo de ser professora estando aqui, porque estamos defendendo a população de São Paulo, serviço público de qualidade para o povo de São Paulo.

Queria dizer que o projeto, que é *desse tamanho* [ergue o projeto], tem uma palavra que está errada: valorização. Deveria ser desvalorização dos servidores! Esta é a palavra que deveria ser, porque aqui está contida uma concepção dessa gestão que é: servidor municipal não tem que ser valorizado por tempo de serviço. Eu ouvi isso hoje lá na reunião.

Sabe qual é essa concepção?

Trabalhou somente cinco anos, não fez nada a mais que trabalhar.

Nós trabalhamos, nós nos dedicamos, nós ficamos doentes, nós ficamos roucos, nós gastamos dinheiro com Xerox, nós, muitas vezes, perdemos um monte de coisa para nos dedicar ao nosso trabalho. E isso não tem que ser valorizado? Tempo de serviço não tem que ser valorizado? Isso é uma concepção que eles dizem que é moderna, mas é uma concepção arcaica, atrasada, é uma concepção de que servidor não é trabalhador digno.

E, mais, deveria também estar contida uma outra palavrinha: destruição da carreira – porque é o que eles estão fazendo com os servidores municipais, achatando os salários por baixo. Esse tal equilíbrio, que é outra palavra moderna, que de moderno não tem nada, é um equilíbrio que achata os salários para baixo. E eu, se eu fosse Prefeita, teria vergonha de ter tido 46% de reajuste e fazer essa proposta para os servidores municipais.

O Sr. Prefeito pode ter a reposição da inflação, e nós não podemos?

- Manifestação na galeria.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – O que está contido neste projeto é uma concepção de destruição do serviço público.

O nobre Vereador Donato disse muito bem: querem transformar tudo em OSs, querem acabar com a nossa carreira, com a nossa valorização. E mais: para a educação, estão propondo 32% de abono; e não tem projeto de incorporar esse abono.

Olha só, gente, todas as gestões...

Sr. Presidente, estão reclamando de alguma coisa que eu não sei. Estão reclamando...

- Manifestações nas galerias.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday – NOVO) – V.Exa., eu vou lhe manter a palavra.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday – NOVO) – Eu vou pedir à mesa que restabeleça o tempo da nobre Vereadora Silvia da Bancada Feminista. Muito obrigado.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) – Obrigada. Eu acho que respeito é o mínimo que a gente tem que exigir, tanto para nós que estamos falando aqui como para vocês, porque muitos de vocês largaram seus trabalhos para virem aqui hoje defender seus direitos. (Palmas)

É a primeira vez na história de todos os Prefeitos de São Paulo que um abono não tem política de incorporação. Kassab incorporou; Haddad incorporou. É a primeira vez na história que mandam um projeto com uma política de 32% de abono sem incorporação no salário. Isso é um absurdo! Nós não queremos abono. Nós queremos salário valorizado.

Por último, a questão dos aposentados: os aposentados estão endividados porque o salário não dá nem para comer. (Palmas) E, mais uma vez, esse projeto não contempla os aposentados que já tiveram um confisco de 14% por conta do Sampaprev.

Gente, é o seguinte: um Prefeito que não valoriza os seus funcionários públicos não é um Prefeito digno, porque dignidade significa, para esta cidade, dignidade para o povo de São Paulo é valorizar quem é da saúde, da educação, do serviço social, do serviço funerário, que é quem coloca esta cidade em pé, viva! (Palmas)

E nós estamos com vocês. Vamos continuar lutando para que haja mudanças neste projeto e que, na segunda votação, esta Câmara Municipal esteja cheia de servidores e servidoras em greve no dia 09 de agosto. (Palmas)

Obrigada, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday – NOVO) – Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Erika Hilton, pelo tempo de até cinco minutos.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) – Boa tarde a todos, servidores e servidoras que acompanham esta fatídica reunião das galerias. Parabéns pela batalha, pela valorização da categoria de vocês, do trabalho de vocês e da dignidade salarial de vocês. (Palmas)

É, de fato, uma vergonha que nós voltemos do recesso para ocupar esta Casa para perseguir aqueles e aquelas que mantêm esta cidade de pé. Nós saímos daqui massacrando a Guarda Civil Metropolitana e voltamos, agora, para continuar massacrando os servidores públicos municipais. É vergonhoso o que está ocorrendo por parte da Prefeitura da cidade de São Paulo: uma desvalorização brutal sem precedência na história.

A Prefeitura e suas respectivas Secretarias acham que nós somos trouxas, que os servidores são trouxas? Ontem, ocorreu uma audiência pública lotada, e nós estamos aqui discutindo para votarmos o mesmo texto? Cadê a incorporação o daquilo que foi trazido pelos trabalhadores. Se querem negocias, negociem com as portas abertas. (Palmas) Se querem negociar, negociem a partir de agora. Não venham com essa história de que “vamos negociar para, em segunda, votarmos”. Nós queremos negociar agora. Nós queremos colocar a incorporação daquilo que precisa ser feito agora.

Alguém dizia mais cedo nas galerias que a cidade não funcionaria sem os servidores, sem os serviços públicos, mas funcionaria muito bem ser os Vereadores desta Casa, e eu concordo. (Palmas) Concordo plenamente.

Nós, Sras. e Srs. Vereadores, deveríamos estar aqui defendendo os direitos desses trabalhadores e não criando uma seara para que os amigos empresários, os ricos, tomem conta da cidade, como os dados demonstram os valores que são destinados às OSs na cidade de São Paulo, sem falar da vergonha, da brutalidade no que diz respeito aos aposentados. Confiscar salário daquelas e daqueles que dedicaram a sua vida ao serviço público, que dedicaram a sua vida à cidade num momento de crise brutal. Quanto custa a lata do leite, do óleo, o arroz, o feijão, a luz, a água? Isso também está na mesa de negociação. É a dignidade das pessoas, o direito à moradia e alimentação digna. É o direito a ter uma carreira.

O Sr. Prefeito teve 46% do salário aumentado. Nós não vamos nos esquecer desse número, Sr. Prefeito. Os servidores não se esquecerão desses 46% e agora manda uma porcaria, porque esse projeto é uma porcaria, é uma facada nas costas dos servidores, é uma facada no funcionalismo público num momento em que precisamos de mais políticas de assistência social, de mais políticas do setor ambiental. E nós estamos vendo um desmonte, um sucateamento, um horror, uma destruição, uma barbárie, porque o que está acontecendo aqui é barbárie.

O meu tempo é curto, porque precisamos dividir o tempo entre os Vereadores da nossa bancada para que pudéssemos minuciar os detalhes desse projeto criminoso contra o

funcionalismo e os servidores, os aposentados, os mais velhos, aqueles que deveriam ter as suas contribuições de trabalho reconhecidas e não desprezadas, tratadas como nada. Os servidores públicos municipais estão sendo tratados como ninguém pela Prefeitura.

E para encerrar, porque não conseguirei entrar nos outros pontos do projeto por causa do tempo, que já estava avançado, quero dizer que nós não temos acordo, que nós não acreditamos nessa história de negociar depois e que esse projeto não deveria estar na pauta. As audiências públicas devem servir para ouvir as reivindicações daqueles que as frequentam e não foi o que aconteceu.

Nós não somos trouxas, Sr. Prefeito. Muito obrigada.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday – NOVO) - Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – Boa tarde a todos e a todas. Quero parabenizar todos os servidores públicos pela luta, pela garra.

Quero também dialogar com o Vereador Holiday, porque quando S.Exa. chamou os servidores de vagabundos, fico imaginando que não estava falando dos servidores da saúde, por exemplo, que estavam na linha de frente na pandemia e que agora, muitos, vão ter 0,2% de valorização. Mas acho que estava falando do Sr. Prefeito, que teve 46% de aumento, e dos seus secretários. Por isso gostaria de ver o Vereador Holiday nesta tribuna chamando de vagabundo os parasitas que não fazem nada, que não são concursados e que ficam mamando na teta do estado – V.Exa. sempre usa esse termo. Queria ver o Vereador Holiday falar isso aqui, porque os servidores públicos, o pessoal do nível básico, por exemplo, que ganha em torno de dois mil reais, quando está no meio ou quase no fim da carreira, e esses serem chamados de

vagabundos.

Vereador Holiday, quem estudou as tabelas, viu que esse governo está fazendo: a quebra da isonomia entre as categorias dos servidores, jogando um servidor contra o outro, valorizando o servidor no começo da carreira no nível I, mas não dando aumento algum para o pessoal dos outros níveis.

Não somos contra valorizar mais o início da carreira. Que venha servidor público e que seja servidor público, mas nós valorizamos a carreira inteira. Não é justo valorizar uma parte dos servidores e deixar o restante a ver navios. Os servidores públicos estão com 0,01% há anos. O período que eles não receberam aumento, reajuste inflacionário, dá 46%. Por acaso, a mesma porcentagem que o Sr. Prefeito e os secretários ganharam.

Agora, vejam só, o Prefeito saiu de 24 mil reais para 35 mil reais; um subprefeito saiu de 19 mil reais para 26,5 mil reais. E esses não são chamados de vagabundos. Quem é chamado de vagabundo é o pessoal da Assistência Social, da GCM, da Educação e da Saúde que estavam na linha de frente contra a covid, de que muitos morreram e não têm o direito nem de estar na galeria para reivindicar seus direitos; e agora chegam aqui e são humilhados e desvalorizados desse jeito.

- Manifestações na galeria.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – O processo que está estabelecido inclusive para acabar com esses cargos que estão acabando é o que nós já sabemos; é a cantiga de que eles querem privatizar todos os serviços públicos. Nós sabemos que eles estão fazendo isso, então lutar contra isso é lutar contra a privatização e a terceirização dos serviços públicos municipais. Nós não aceitamos isso.

Nós sabemos que quem está nas bordas da Cidade apoiando a nossa população é o servidor público. É o servidor que está lá aguentando o dia a dia sem apoio nenhum, às vezes sem instrumentos, trabalhando em condições subumanas. Eu ando nos departamentos e vejo

as condições. Às vezes tem 15 servidores públicos numa sala às vezes até sem janela. É assim que o servidor público está, encaixotado para trabalhar de qualquer jeito.

Isso o Governo não vem discutir aqui. O Governo não vem discutir realmente uma política de valorização porque, se eles realmente tivessem feito um estudo decente, perceberiam que está faltando um monte de servidores públicos em um monte de cargos. Por exemplo, vai ver na direção do CEU se não está faltando, ou na direção de um parque municipal. Não, eles não fizeram nenhum estudo. O que eles querem é só acabar com os nossos cargos para depois terceirizar os serviços. É esse o plano deles para os policiais que eles não têm coragem de assumir aqui diante da sociedade e da imprensa.

Por isso, pessoal, esse projeto é inegociável. Mais ainda: eles fazem um projeto muito ruim para vir aqui negociar qualquer coisa, para nós ainda sentirmos que negociamos e ganhamos alguma coisa. Esse projeto é ruim por inteiro, não tem como negociar. O jeito é derrotar, votar contra, para o pessoal da base do Governo entender que esse projeto não tem condição.

- Manifestações na galeria.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – Fora projeto de lei que não valoriza nada! Não é justo o Prefeito ter 46% e os servidores públicos não terem nada. Chega dessa história!

- Manifestações na galeria.

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra a nobre Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – Boa tarde, Sr. Presidente.

Boa tarde a todas e todos que estão hoje no plenário. Muito bem-vindos – eu gosto sempre de dizer, porque às vezes alguns dos nossos colegas não recebem a população como ela deveria ser recebida, porque é a verdadeira dona desta Casa. É um prazer recebê-los. Sejam sempre muito bem-vindos a esta Casa.

- Palmas.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – Eu vou falar rapidamente, porque tivemos pouco tempo para falar, e vou também dar aparte para a minha colega Juliana, porque é importante que ela fale também.

Quero começar dizendo que mais uma vez vimos aqui discutir um projeto que diz que tem uma pretensa discussão com os servidores públicos, porque abre uma ou duas audiências públicas, o que não deixa de ser obrigação desta Casa, mas que deveria ter aberto essa discussão lá atrás. Deveria ter discutido com os trabalhadores do serviço quando se pensou em fazer um projeto que eles chamam de projeto de valorização, e todo mundo sabe que não tem valorização nenhuma.

Então a primeira coisa que temos de dizer aqui, mais uma vez, é que infelizmente o Executivo traz para esta Casa um projeto que vai afetar a vida de todos os trabalhadores públicos da Cidade e, principalmente, da população que necessita desses serviços, sem fazer a devida discussão com a sociedade.

Embora saibamos que os funcionários públicos são extremamente importantes para o funcionamento da Cidade, eles estão a cada dia sendo cada vez mais desvalorizados, não podemos achar que esse é um projeto de uma única pessoa. Isso é um projeto político, que visa de verdade acabar com o serviço público na cidade de São Paulo. Já foi apresentado aqui muitas vezes como as OSs cada vez mais ganham, ganham e ganham em cima do dinheiro público da

Cidade.

Quero dar aparte para a Juliana, que também é muito importante ouvi-la por um minuto.

- Palmas.

A Sra. Juliana Cardoso (PT) – Obrigada, Vereadora Elaine. É muito rápido. Quero parabenizar todos os servidores e todas as servidoras.

Gostaria de dizer que esse projeto é canalha, um projeto que não enxerga, de fato, o que significam os servidores públicos. Eu queria que os senhores Vereadores e senhoras Vereadoras visitassem em cada pronto socorro, que acompanhassem cada assistente social, entrassem em cada sala de aula, que, principalmente, estivessem com os funcionários de zoonoses. Vocês iriam enxergar exatamente aquilo que está faltando.

- Manifestação na galeria.

A Sra. Juliana Cardoso (PT) – É um absurdo nós termos de vir por em mesa parlamentar para que funcione minimamente algum equipamento público. Eu tenho acompanhado as unidades básicas de saúde, onde não há equipamentos, insumos, remédios e não por falta de orçamento.

Por fim, Vereadora Elaine, o que está por trás da questão da extinção dos cargos, além de naturalmente acabar com o funcionalismo público, é porque a Prefeitura não tem mais a competência de responder ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas por conta da falta de funcionários. Porém tem orçamento e um concurso aberto para ser executado.

Era o que eu queria falar. A Bancada do PT vai votar contrário a esse projeto canalha, canalha, canalha.

Muito obrigada. (Palmas)

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) – Obrigada, Vereadora Juliana.

Vou encerrar a minha fala dizendo que nós temos uma redução absurda de cargos, em torno de mais de três mil cargos e a proposta de mais de nove categorias que vão ser extintas nesse concurso.

Eu poderia dizer que é um deboche da Prefeitura, eu poderia dizer que é falta de sensibilidade, mas isso é criminoso. Estamos falando em reduzir trabalhadores da Assistência Social e do CREAS. Nós sabemos a situação que a população da Cidade está vivendo hoje. Sabemos o quanto esses atendimentos são fundamentais para a vida das pessoas.

Não podemos deixar de dizer que esse projeto é mais um para a conta desse plano político que está no Poder. É mais um projeto criminoso que visa matar o nosso povo nas periferias. Esta é a verdadeira intenção das pessoas que estão governando o País, neste momento. Não podemos aceitar esse tipo de situação. É óbvio que a nossa Bancada vai votar contrário. Não só votar contrário, mas trabalhar para que esse projeto não passe na Câmara Municipal de São Paulo.

Muito obrigada.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, a nobre Vereadora Luana Alves. (Palmas)

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos acompanha pela TV Câmara São Paulo e pelas redes sociais, desejo boa noite aos presentes, aos servidores e servidoras, aos membros da imprensa que acompanham essa votação.

Eu queria dizer aos meus Colegas Vereadores que eu não entendo muitas vezes

como o Prefeito acha que a Prefeitura funciona. Se ele acha que a Prefeitura é feita por ele ou por quem trabalha lá.

Como que a Prefeitura se apresenta para a população? Como que a Gestão do Prefeito é lida pelo povo? É lida pelos trabalhadores da saúde, da educação, da assistência social, são eles que fazem a Prefeitura funcionar aqui na cidade de São Paulo. (Palmas)

Não há nenhuma outra possibilidade de se garantir políticas públicas de qualidade se não respeitar o servidor público, que representa a Prefeitura em cada lugar que ele vai. Essa lógica do Prefeito é absurda.

Eu vejo o Prefeito Ricardo Nunes nas redes sociais. Ele está sempre falando sobre a Assistência Social e apoio à população em situação de rua. Eu queria saber se tem alguma lógica com extinguir mais de mil cargos da Assistência Social? (Palmas) Eu queria saber se quando ele coloca apoio à situação de quem vive na extrema pobreza tem alguma relação com extinguir os cargos de quem vai atender a essa população que tem os seus direitos violados, aos que estão sem emprego, aos que vão parar na rua. Porque as extinções de cargo não são só absurdas por si, mas os cargos extintos são estratégicos.

Hoje, foi dito pela Secretária de Gestão, que a maioria dos cargos são inúteis. Foi isso que ela falou. São cargos que não têm ocupação, não têm sentido, mas são cargos que estão em grande parte na Assistência Social, numa das maiores crises que estamos passando extinguir cargos de assistência é completamente sem sentido. Há cargos do meio ambiente, da fiscalização e de planejamento urbano.

Então, o que eu quero dizer para V.Exas. é que não tem sentido essa extinção de cargos e hoje a Prefeitura admitiu que eles não têm custo nenhum em deixar o cargo existir. Não há por que extinguir o cargo. Isso foi admitido hoje, na nossa reunião, pela Prefeitura. Então, qual é a pressa? Qual é a grande urgência em extinguir esse monte de cargos, que podem muito bem ser preenchidos em uma gestão que valorize o serviço público? Eu quero entender qual é a estratégia. A estratégia é inviabilizar um concurso da próxima gestão, porque sabe que não vai ser reeleito? Eu quero saber se é isto: se, ao saber que não vai ser reeleito, quer inviabilizar uma

próxima Prefeitura – porque é isso o que parece.

Também quero dizer para V.Exas. que a questão do reajuste é uma piada. Não há nenhuma lógica nos reajustes das diferentes carreiras. Não foi apresentado o parâmetro. O que é que explica uma parte das carreiras ter o ajuste de 5% e outra parte, de 15%? Não foi apresentado parâmetro. Parece que alguém sorteou isso, tirou da cabeça e colocou nesse PL. Então, não tem nenhum sentido.

O que pedimos? Entendemos que algumas carreiras de salário mais baixo tenham de ter um reajuste maior. Nós entendemos isso. Ninguém, aqui, se coloca contra isso. Agora, não tem sentido uma discrepância como a que é colocada nesse projeto. Não tem nenhum sentido.

Eu quero dizer para V.Exas., também, que a gestão, a Prefeitura, falou que há vários pontos de mudança no PL. Quando nós falamos, por exemplo, da incorporação do abono, eles falaram que iam colocar. Por que é que não apresentam agora? Por que é que querem votar hoje esse projeto, quando eles disseram que vão mudar praticamente todos os pontos? Não vão mudar. Eu quero dizer para os Srs. Vereadores: até quando esta Câmara vai ficar aceitando um monte de promessa vazia, uma postura sem diálogo, para chegar daqui a menos de sete dias e querer votar em segunda exatamente como está?

Estou concluindo, ao dizer, Presidente, que não basta ao Secretário Fabricio Cobra e à Secretária Marcela virem aqui e falarem que vão mudar isso, que não vão extinguir cargo, que vão mudar a tabela de reajuste. Foi isso o que disseram e vão ter de apresentar em projeto. Vão ter de apresentar outro projeto, que, de fato, tenha mudança.

Por isso, quero reivindicar, mais uma vez, que a reunião de quarta-feira seja uma reunião com as entidades sindicais. Eu chamo todas para estarem aqui e eu acho importante.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Não, espere que eu vou falar isso. Não, senhor.

Vereador Fabio Riva, por favor, eu quero pedir, em público, para que as entidades sindicais entrem na reunião. Eu quero fazer esse pedido público, aqui. Vereador Fabio Riva, eu quero uma postura de diálogo da Prefeitura. Vocês falaram que iam...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Conclua, Vereadora.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Eu estou concluindo. Eu vou concluir com o seguinte, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Vereadora, V.Exa. pediu um tempo que não tinha e já expirou.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Não, mas o Vereador Fabio Riva interrompeu a minha fala. Deixe-me falar, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Vereadora, eu lhe dei 30 minutos.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – Estou concluindo o raciocínio, mas o Vereador Fabio Riva interrompeu a minha fala, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Vereadora, eu vou responder a V.Exa.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – O Vereador Fabio Riva interrompeu a minha fala. Eu estou concluindo o raciocínio.

Foi dito, aqui, que vai haver um diálogo com as entidades na quarta-feira. Eu estou pedindo para que esse diálogo seja o mais democrático possível e dê frutos, para que não cheguemos aqui na quarta-feira e haja um projeto igual a este, apresentado desta forma. Nós

somos contra esse projeto e o que eu estou pedindo, fazendo um apelo, inclusive, aos meus colegas Vereadores da Base, é que sejamos respeitados como Legislativo e não venha um projeto idêntico na quarta-feira.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Para responder à Vereadora Luana Alves, a construção do recebimento de três líderes do fórum foi feita comigo. Por exemplo, V.Exa. fez a construção comigo, de que iria receber três, e eu a acolhi.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) - Presidente, o que nós pedimos foi uma reunião com as entidades. O número V.Exas. deram.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Vereadora, V.Exa. falou e eu ouvi.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) - Eu fiz um pedido público e V.Exa. vê se acata ou não. O pedido público é que seja democrático.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Vereadora, é que é assim: V.Exa. vai lá, no privado, e constrói um acordo.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – O que V.Exa. veio pedir não foi acordado.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) - Não, Vereador Milton Leite. O

acordo foi a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Sim, mas V.Exa. pediu um acordo, lá, e nós o fizemos.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) - V.Exas. falaram o número “três”. Eu estou pedindo para que seja mais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não foi acordado, sim V.Exa. pediu um acordo lá e nós fizemos. Assim, V.Exa. pede...já estou antecipando que não.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Então é isso, então fala que não.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Fernando Holiday.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – Boa tarde, Sras. e Srs. Vereadores, boa tarde a todos que nos acompanham nas galerias.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Silêncio, por favor, nas galerias, há orador na tribuna.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – O som de vaia dos sindicatos soa para mim como uma sinfonia de Beethoven, é uma coisa magnífica. Eu acho engraçado como que o sindicato...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Eu pediria silencio na galeria, respeitem o orador, respeitem o orador na tribuna.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – Eu acho muito engraçado como os sindicatos têm a capacidade de manipular e de induzir os servidores públicos da capital contra os seus próprios benefícios, é disso que se trata. Nós estamos aqui discutindo a valorização dos servidores enquanto meia dúzia de gente que não tem o que fazer está tentando atravancar o avanço da cidade.

Quando se houve as vaías e os gritos alguém desavisado poderia pensar que estaríamos discutindo aqui um arroxo salarial, alguém desavisado poderia pensar que estaríamos aqui discutindo o fim de benefícios para servidores públicos da capital, mas não é disso que se trata absolutamente.

Nós estamos falando de valorizar a base do serviço público, porque esses que aqui protestam não representam a base, esses representam uma elite sanguessuga e vagabunda, é disse que se trata. Vocês estão aqui gritando, não representando os trabalhadores, estão aqui porque não tem o que fazer, porque querem continuar sugando de quem menos tem e de quem mais faz nessa cidade. Tomem vergonha na cara de vocês.

O Sr. Professor Toninho Vespoli (PSOL) – Elite é você que não faz nada.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – Tomem vergonha na cara de vocês, o que se discute aqui é o aumento do agente escolar de 1.400 para mais de 1.800 reais; auxiliar técnico de educação, de 1.600 para mais de 2.130 reais; do supervisor escolar, de 6.500 para mais de 8.600 reais; do diretor de escola, de 6.172 para mais de 8.133 reais; do coordenador pedagógico,

de 5.444 para mais de 7.171 reais e finalmente do professor...

O Sr. Professor Toninho Vespoli (PSOL) – É mentira, Holiday.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – Que hoje ganha 3.832, na sua carreira inicial, e vai para mais de 5.000 reais. Aí eu pergunto: com todos esses aumentos como é possível que esses sindicatos, representando meia dúzia de gente que não tem o que fazer, tem a pachorra de vir nessa Câmara Municipal protestar contra a valorização do servidor.

Vocês são os verdadeiros inimigos do serviço público, vocês são os inimigos dos verdadeiros pagadores de impostos. Ao invés de estarem aqui agora, deveriam estar servindo a população, deveriam estar nas escolas ensinando as crianças, que ao longo de todo esse tempo na pandemia, tiveram seu estudo atrasado...

O Sr. Celso Giannazi (PSOL) – Vereador está mentindo.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – E vão ter prejuízos, provavelmente, por mais de uma ou duas décadas por conta do prejuízo no ensino. Vocês deveriam estar aqui agora na cidade de São Paulo, não aos berros protestando contra a valorização de quem realmente trabalha, deveriam agora estar trabalhando.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – (Fazendo soar a campainha) – Silêncio na galeria, por favor. Silêncio na galeria. Há um orador na tribuna. Quanto mais tempo houver de manifestação, mais tempo darei ao orador.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – (Fazendo soar a campainha) – Se não houver respeito, terei que esvaziar a galeria. Se não houver respeito, esvaziarei a galeria.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – (Fazendo soar a campainha) – Se não houver respeito, vou esvaziar a galeria.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Enquanto não houver silêncio na galeria, não devolvarei a palavra ao Vereador e terei que determinar a retirada daqueles que não respeitam o orador na tribuna.

- Manifestações na galeria.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – A situação é muito clara. O que o Governo está propondo na tarde de hoje é principalmente o aumento para as carreiras iniciais. Algumas carreiras, como é o caso dos engenheiros, vão receber um aumento de mais de 50% no nível inicial, saindo de cerca de 9 mil para 12 mil reais. A carreira dos professores, aquela que realmente, concordo, precisa ser cada vez mais valorizada, vai sair de um salário inicial de pouco mais de 3 mil reais para mais de 5 mil reais.

A discussão que se propõe aqui é: de um lado, os Vereadores defendendo que os professores que trabalham e que, portanto, não estão aqui, tenham aumento real de mais de 5%;

do outro lado, na galeria, gente que não tem o que fazer atravancando a carreira dos professores.

- Manifestações na galeria.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – É disso que se trata. Não existe meio termo.

- Manifestações na galeria. Tumulto no Plenário.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – Ou é um ou é dois. Ou aumenta ou mantém.

O SR. Alfredinho (PT) – V.Exa. deveria respeitar os trabalhadores.

- Manifestações na galeria. Falas antirregimentais.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – V.Exas. estão defendendo arrocho salarial, é disso que se trata. Se são contra o salário de 5 mil reais para os professores, é porque são a favor dos 3 mil. Tenham coragem de dizer isso. Falta-lhes vergonha na cara. Isso é falta de vergonha. Falta de vergonha, falta de trabalho e falta de respeito com os paulistanos.

- Manifestações na galeria.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – Por isso, deixo de forma muito clara hoje que meu posicionamento é favorável ao projeto. Favorável porque chegou a hora de nós, de uma vez por todas, arrancarmos as correntes que os sindicatos colocaram sobre a classe dos servidores públicos municipais. Isso é indigno dos servidores. Aqueles que respeitam seu trabalho, aqueles que vão todos os dias cumprir sua jornada de trabalho devidamente não têm tempo de vir aqui acompanhar o que os beneficia. E, infelizmente, por conta de um sistema

distorcido, são obrigados a ser representados por sindicatos que estão de olho no próprio interesse. O que vocês querem é manter o privilégio de uma elite municipal, e é essa elite municipal que sustenta a farra de vocês, que passam dias e dias sem trabalhar, que não representam os trabalhadores de verdade e que sugam tudo o que podem do trabalhador paulistano.

- Manifestações na galeria.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) – Gritem, sanguessugas, berrem, berrem mesmo, porque a vaia de vocês é o maior elogio que eu poderia receber nesta Câmara Municipal. Obrigado, Presidente.

- Manifestações na galeria.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – (Pela ordem) - Presidente. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Tem a palavra, para discutir, o nobre Vereador Rubinho Nunes.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – (Pela ordem) - O Vereador está ofendendo os servidores. Presidente, isso é falta de decoro, Presidente.

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Patrulhamento ideológico, Vereador?

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – (Pela ordem) - É falta de decoro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) - Tenha respeito. Eu não vigiei sua palavra.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – (Pela ordem) - É falta de decoro.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Nobre Vereador Rubinho, Nunes, com a palavra.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – Obrigado, Presidente. Muito boa tarde a todos os que animam esta sessão na Câmara Municipal de São Paulo. Eu queria dizer, Sr. Presidente, que eu acho bastante interessante quando vemos sindicalistas falando de valorização dos servidores. Nós ouvimos discursos falando de valorização dos professores, e é justamente isso o que nós encontramos nesse projeto, quando o salário do professor na base, que é de 3.800 reais, saltará para 5 mil reais. É uma valorização de 31,7%. O salário do coordenador saltará de 5,4 mil reais para 7 mil reais, mas isso a elite do funcionalismo público...

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – (fazendo soar a campainha) – Silêncio na galeria, por favor. Silêncio na galeria, silêncio na galeria.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – Posso prosseguir, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Eu vou pedir para a Assessoria aumentar bem o som dos alto falantes, dado ao barulho.

- Apartes antirregimentais.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – Sr. Presidente, obrigado. Nós temos uma valorização de 31,7% do salário dos professores, justamente para estimular que os professores participem da base de ensino, que nós tenhamos valorização na sala de aula e com o futuro das crianças; porém a elite do funcionalismo público, que lota as galerias desta Câmara Municipal hoje, não está preocupada com a Educação, não está preocupada com os funcionários e com os professores, que têm o salário abaixo. Não, estão preocupados com a manutenção dos supersalários, porque para quem ganha acima do piso terá uma valorização de 5%. O que criticam, que é o achatamento, é justamente a isonomia que se coloca no salário dos servidores. É justamente esse o ponto tão trabalhado junto ao Poder Executivo, para se garantir a valorização e, ao mesmo tempo, apunhalar e esquartejar justamente uma elite de servidores que só se preocupam em aumentar os próprios privilégios.

E nesse ponto, nos últimos dois anos, temos conseguido grandes e significativas vitórias justamente contra essa elite; e esse projeto vai necessariamente ao encontro.

Sr. Presidente, o segundo ponto e principalmente, nós temos que enaltecer aqui um fator preponderante, que é justamente o corte de 2.618 cargos que se tornaram inúteis na cidade de São Paulo. São cargos que simplesmente oneram o pagador de impostos, oneram o cidadão paulistano e não servem em nada para a população, exceto para alimentar uma elite que não se preocupa com a população.

Sinto dizer aos senhores que estão nervosos, lutando por privilégios, que os senhores não me ofendem e os senhores não me chateiam. Muito pelo contrário, os senhores me elogiam com suas críticas, porque, se eu tenho um compromisso, enquanto Vereador, na cidade de São Paulo, enquanto parlamentar, enquanto político e enquanto membro do MBL, é justamente para combater uma elite de funcionários extremamente privilegiada, é combater uma elite que nada, que se esbalda em regalias, enquanto a população precisa de auxílio emergencial, para colocar arroz e feijão na própria casa. É justamente contra essa elite que nós

lutamos e é contra essa elite, Sr. Presidente, que votarei a favor desse projeto, e conclamo todos os Vereadores para que aprovemos essa reforma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Não há mais oradores inscritos. Está encerrada a discussão.

Passemos ao processo de encaminhamento de votação.

Tem a palavra, para encaminhar a votação, o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, público da nossa galeria, quero aqui ser muito breve. Tendo em vista que mais um projeto, em todo o projeto que trata de valorização, modernização, reestruturação dos servidores públicos municipais, não conseguimos, e não é somente nesse Governo, nessa Legislatura, mas em muitos governos, Vereador Gilson Barreto, V.Exa. que está há muito tempo, temos o entendimento divergente de diversas categorias inclusive. E hoje não é diferente.

Mas vale, aqui, sempre o esclarecimento de que o Prefeito Ricardo Nunes, ao encaminhar esse projeto para esta Câmara Municipal, o fez com base em estudos, em análises de todo o histórico da Municipalidade e dos servidores públicos municipais da cidade de São Paulo.

Um projeto como esse, Vereador Professor Toninho Vespoli, V.Exa. que tem um posicionamento como a Oposição, contrários ao projeto, sabe que muitas vezes não conseguimos, na letra fria da lei, traduzir, efetivamente, o desejo e o anseio de todas as categorias.

Vale ressaltar a coragem do Prefeito Ricardo Nunes em encaminhar esses projetos para a Câmara. Porque, simplesmente, ele poderia deixar do jeito que estava. Mas, não! O

Prefeito Ricardo Nunes, a Secretaria de Gestão e a Secretaria da Casa Civil entenderam necessário essa valorização. E é isso que tem de ficar muito claro.

Se nós precisarmos avançar, é necessário dar o primeiro passo. Precisamos sinalizar para os servidores públicos aquilo que entendemos como valorizar aquilo que é de mais caro para ele: servir as pessoas; trabalhar cada um nas suas regiões, na Educação, na Saúde; sejam os agentes videntes, os engenheiros, todas as carreiras sem exceção. Esse é um trabalho. Por isso é que a Câmara Municipal, hoje, dá um passo ao votar esse projeto em primeiro turno.

Queria ressaltar ainda que o diálogo com o Executivo foi feito através das entidades. Muitas vezes, não conseguimos atender o pleito de todo mundo. E isso ficou muito claro na conversa que tive com alguns líderes dos diversos partidos, inclusive com alguns dos representantes dos sindicatos. O diálogo é possível, agora, acatar ou não acatar é uma prerrogativa do Executivo Municipal.

Fizemos, hoje, uma reunião técnica de trabalho com alguns Vereadores da Oposição, bem como Vereadores da Base, o Líder Sansão Pereira, do Republicanos, participou, o Marcelo Messias, do MDB também, vários outros Vereadores, o Presidente Milton Leite estava fora, mas estava representado. Então, a conversa, o diálogo, é para que nós entendamos e possa levar ao Executivo, inclusive, a Secretária de Gestão estava presente, o Secretário da Casa Civil, a equipe técnica estava aqui para ouvirmos e tentar fazer um determinado acordo e ligar um ponto no outro.

E ainda quero destacar um ponto que, para vocês, e nós ouvimos muito aqui, é importante que é a extinção dos cargos. Nós recebemos um pleito de vários Vereadores e também das Bancadas para retirarmos do projeto esse parágrafo, esse artigo, que fala das extinções. Nós e a Secretaria de Gestão explicamos o porquê da manutenção desse artigo e da extinção desses cargos propriamente. Vejam: explicamos, apenas que entre a explicação e a concordância existe um hiato muito grande. Mas não faltou diálogo sobre a justificativa.

Nessa linha de conversa, e quero salientar, principalmente o Vereador Senival Moura, Líder do PT, com quem eu tive a oportunidade de discutir bastante sobre isso, de que se

não era possível retirarmos o artigo, que pudéssemos, no mínimo, extinguir 70% dos cargos, ou seja, sustentar a manutenção desses 30% de cargos restantes. Taí! É uma emenda que os Vereadores da Base estão protocolando.

Não é tudo aquilo que estão pedindo, Presidente Milton Leite, mas é um passo, Vereadora Cris Monteiro, para entender que existe um pleito total, mas que nós demos um passo, avançamos em manter esses 30% e em extinguir 70%; o projeto fala em cem por cento.

Então, falar que não existe conversa, que não existe negociação chega a ser má-fé. É faltar com a verdade dizer que o Governo não ouve, porque ele ouve e dialoga sim e, por parte da Liderança do Governo, isso sempre vai acontecer. Eu tenho um respeito muito grande por todos os servidores públicos da cidade de São Paulo e eu nunca ocupei esta tribuna para fazer qualquer fala ofensiva. Muito pelo contrário: eu reconheço o trabalho e o esforço dos servidores e dos representantes dos sindicatos, que têm o papel de fazer isso.

Nós precisamos ter um pouco mais de respeito, porque aqui não é um contra o outro. São posições que os governos precisam adotar, mas jamais – e infelizmente preciso a palavra “jamais” – conseguiremos chegar a um consenso entre o que é pedido e o que é apresentado. Esse é o nosso papel, e a Câmara Municipal tem feito isso com maestria. Inclusive eu quero agradecer todos as Sras. e os Srs. Vereadores desta Casa, mesmo os da Oposição, porque nós sempre construímos um ajuste para todos os projetos. E se na legislatura passada e nesta, esta Casa votou projetos, inclusive por unanimidade, é porque foi construído um diálogo, que não cessa com a aprovação do projeto e tem que continuar inclusive com as centrais sindicais e com as categorias a fim de, cada vez mais, aprimorarmos, melhorarmos e valorizarmos. Nós precisamos dar esse passo, e ele está sendo dado hoje aqui.

Eu não estou aqui para simplesmente fazer um encaminhamento de projeto, mas para que nós possamos construir juntos um projeto importante de valorização do servidor público municipal. Portanto, tendo em vista a emenda protocolada – que mantém 30% dos cargos e a extinção de 70% ao invés de cem por cento – com certeza vai ser aprovada, eu solicito da Presidência desta Casa e da Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação

Participativa que chamem uma reunião extraordinária da CCJ para a próxima terça-feira, às 15h, neste plenário, para que façamos a redação final e, aí, sim, termos o projeto pronto com essa emenda incluída para a segunda votação. Peço à Vereadora Sandra Santana que faça um pronunciamento como Presidente da CCJ para que nós possamos continuar o diálogo para a segunda votação.

Encaminho o voto “sim”.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Antes de passar a palavra para a nobre Vereadora Sandra Santana para que S.Exa. convoque uma reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa. tem a palavra, pela ordem, o nobre Vereador Professor Toninho Vespoli.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, eu quero pedir desculpas aos servidores públicos por conta do tratamento que alguns Srs. Vereadores dispensaram a vocês, porque eu tenho certeza de que um dia de trabalho de vocês equivale a todos os dias de vida do trabalho deles. Se há alguém vagabundo aqui, é Vereador que não faz nada e que fica nas redes sociais.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Vereador, eu não vou aceitar de ninguém, nem de V.Exa., que se refira a qualquer Sr. Vereador desta Casa como “vagabundo”. Eu peço o respeito de V.Exa. Eu peço que V.Exa. retire.

- Manifestações na galeria.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) (Pela ordem) – Sr. Presidente, se o Vereador retirar, eu também retiro.

- Manifestações na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Vereador, isso é decoro no microfone. É ofensa grave no microfone. Eu insisto que V.Exa. retire. Vereador, é quebra de decoro, é ofensa grave ao microfone. Vereador, peço que V.Exa. retire a ofensa grave.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – O Vereador Toninho...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, quando fui falar de Vereadores, todo mundo sabe qual Vereador....

- Manifestações simultâneas. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Vereador, peço que V.Exa. retire.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Vereador Milton, V.Exa. sabe que tenho hoje muito diálogo com V.Exa., respeito. Mas não dá para o Vereador Holiday vir aqui o tempo todo (ininteligível) os servidores públicos. Do mesmo jeito que S.Exa. tem, eu também tenho. Eu tenho direito de achar o que acho dele.

Presidente Milton, desculpe, eu não vou fazer isso.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) – (Pela ordem) – O Vereador Toninho ofendeu a Casa toda. Então, direciona o discurso.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Eu estou nominando.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Tem a palavra, pela ordem, a nobre Vereadora Sandra Santana.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, por favor, gostaria de convocar uma sessão extraordinária da CCJ para a próxima terça-feira, às 15h.

Solicitamos que seja feita em plenário.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Está convocada.

Dado a ofensa que qualifico como grave, de ofício, peço a Procuradora da Câmara que encaminhe a denúncia contra V.Exa. assinado por mim. Eu lamento. V.Exa. insiste. Não vou tolerar graves ofensas a Vereador, quem quer que seja.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente, aqui não, mas na imprensa esse Vereador falou muito pior de todos os Vereadores desta Casa.

Aqui não estou ofendendo nem o Vereador Riva e nem o Vereador Rubinho Nunes. O Vereador Rubinho, pelo menos, nunca chamou os servidores de vagabundos. Mas o Vereador Holiday não merece o respeito nem meu e nem desta Casa.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Está mantida, então, a minha posição.

Vou pedir o pronunciamento de V.Exa.

Nesta Casa há o mínimo de respeito aos Srs. e Sras. Parlamentares. Não vou tolerar de V.Exa. ou de quem quer que seja essa natureza de ofensa. Não há necessidade de V.Exa. vir ao microfone...Está mantida, Vereador. Não há problema, vou manter.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Encerrado o processo de encaminhamento.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) – (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Passo ao processo de votação.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) – (Pela ordem) – É rápido, Sr. Presidente.

É apenas um pedido.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Qual a questão de ordem?

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, é sobre o processo de votação.

Sr. Presidente, V.Exa. sempre zeloso pelo Regimento desta Casa, peço que V.Exa.

retire o projeto na data de hoje porque não temos o impacto e é obrigatoriedade da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 16 e 17.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Vereador, está registrada a palavra de V.Exa. Passemos ao processo de votação...

O SR. CELSO GIANNAZI (PSOL) – (Pela ordem) – Vamos descumprir isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Passemos ao processo de votação misto pelo sistema Teams, lembrando aos Srs. Parlamentares que será admitida a votação presencial, nominal, pelo sistema Teams com imagem ou voz, aqui podemos ver quem está presente no plenário.

A votos o PL 428/2022, do Executivo. Os Srs. Vereadores favoráveis votarão “sim”; os contrários, “não”. Este Presidente vota “sim” e encaminha voto “sim”.

- Inicia-se a votação de forma híbrida, presencial e virtual.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Este Presidente vota “sim” e encaminha voto “sim”.

O SR. FABIO RIVA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminho voto “sim”.

O SR. MARCELO MESSIAS (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim” e encaminho voto “sim”.

A SRA. RUTE COSTA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RUBINHO NUNES (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILSON BARRETO (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. XEXÉU TRIPOLI (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. RODRIGO GOULART (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. AURÉLIO NOMURA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. PAULO FRANGE (PTB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GEORGE HATO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. THAMY MIRANDA (PL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DR. SIDNEY CRUZ (SOLIDARIEDADE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DANILO DO POSTO DE SAÚDE (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. GILBERTO NASCIMENTO (PSC) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (NOVO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. MARLON LUZ (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. DELEGADO PALUMBO (MDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. RINALDI DIGILIO (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SANDRA SANTANA (PSDB) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. CRIS MONTEIRO (NOVO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. FELIPE BECARI (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. BOMBEIRO MAJOR PALUMBO (PP) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto
“sim”.

O SR. ROBERTO TRIPOLI (PV) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. JULIANA CARDOSO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ALFREDINHO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. JAIR TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ARSELINO TATTO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. SENIVAL MOURA (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ANTONIO DONATO (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. LUANA ALVES (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ELI CORRÊA (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. CARLOS GIANNAZI (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. EDIR SALES (PSD) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. SANDRA TADEU (UNIÃO) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

A SRA. ERIKA HILTON (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

O SR. ANDRÉ SANTOS (REPUBLICANOS) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. LUIZ PROTEÇÃO ANIMAL (PODE) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “sim”.

O SR. ALESSANDRO GUEDES (PT) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO (PSOL) - (Pela ordem) – Sr. Presidente, voto “não”.

- Concluída a votação, sob a presidência do Sr. Milton Leite, verifica-se que votaram “sim” os Srs.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Votaram “sim” 32 Srs. Vereadores; “não”, 14 Srs. Vereadores; abstiveram-se de votar, 02 Srs. Vereadores. Aprovado.

Há sobre a mesa emenda, que será lida.

- É lido o seguinte (Emenda ao PL 428/2022)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite – UNIÃO) – Encerrada a leitura. Passemos ao processo de votação. A votos a emenda. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

- Registro, por microfone, do voto contrário da Bancada do PT (presente), Bancada do PSOL e Delegado Palumbo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite - UNIÃO) – Registrem-se os votos contrários da Bancada do PT (presente), da Bancada do PSOL e do nobre Vereador Delegado Palumbo. Aprovado. Vai à Comissão de Justiça para redação do vencido.

Tem a palavra, para declaração de voto, o nobre Vereador Sansão Pereira.

Sim, agora os vereadores estão liberados.

O SR. SANSÃO PEREIRA (REPUBLICANOS) – Muito boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, todos os funcionários públicos que nos acompanham de maneira presencial ou virtual.

Queremos justificar o voto favorável da Bancada do Republicanos e dizer que tivemos hoje uma reunião com o Líder do Governo na Câmara, nosso nobre colega Vereador Fabio Riva, como também com a Secretária Marcela Arruda, com o Secretário Fabrício Cobra, da Casa Civil e diversos vereadores.

Acompanhando a reunião, todas as informações pedidas por todos os vereadores presentes foram respondidas pela Secretária Marcela Arruda, inclusive algumas opiniões que ela anotou lá na hora. Ela chegou a mencionar conosco que já vinha há quatro ou cinco meses atendendo a todas as lideranças, sindicatos da área, e que foi exatamente atendendo a reivindicações também desses sindicatos, dessas entidades dessas categorias de classe.

Quanto à questão, nós votamos favoravelmente pelo seguinte: ela explicou que,